



Nossas previsões infernais

Sérgio Mauro (*)

No "inferno" em que vivemos não nos é difícil prever certos fatos do futuro

No canto X do Inferno, da Divina Comédia de Dante Alighieri, o poeta-viajante, isto é, a personagem Dante, encontra no círculo destinado aos hereges Farinata Degli Uberti, líder político de uma facção contrária ao partido apoiado pela família Alighieri.

Após um embate político, evidentemente vencido por Dante, usando e abusando da sua privilegiada condição de um vivo que dialoga com almas punidas para sempre pela implacável justiça divina, revela-se o que inicialmente parecia obscuro, após a interrupção do animado (e acalorado) debate político provocado pela aparição de outro personagem, isto é, o pai do ilustre poeta Guido Cavalcanti: Deus concede a essas almas do inferno o poder de prever o futuro, associado, na crença medieval, a forças malignas, demoníacas, mas não o de conhecer o presente.

Do mesmo modo, no "inferno" em que vivemos não nos é difícil prever certos fatos do futuro, mas encontramos dificuldade em avaliar corretamente o atual momento por que passa a humanidade. Basta analisar três acontecimentos recentíssimos: o tiroteio no Texas, a queda de um avião em Cuba e a policial à paisana que matou um bandido em frente a uma escola paulistana.

O que os torna previsíveis: o fato de que poderiam ser evitados, frutos que são de situações que se repetem e cujas causas são facilmente identificáveis. O caso do tiroteio em Houston, no Texas, parece-se cada vez mais com a advertência que as autoridades mandam colocar nas garrafas de bebidas alcoólicas: o abuso no consumo (uso) de armas de fogo pode ser prejudicial à saúde! Donald Trump atribuiu sempre os massacres a desviados que pegam em armas, não cogitando sequer um controle mais rigoroso sobre a venda de armamentos (até pesados).

No caso do gravíssimo acidente aéreo em Cuba, embora seja preciso contar sempre com possíveis fatalidades, é muito fácil perceber que se trata de um enésimo caso de péssima manutenção de aeronaves, descartando-se possíveis atentados terroristas. Falha humana? Talvez, mas, considerando as condições econômicas da ilha do fimado Fidel Castro, é mais fácil apostar na falta de dinheiro para manter os aviões em boas condições.

Com relação à policial à paisana que matou um bandido na porta da escola, a discussão recaí sobre o uso da legítima

defesa, sobretudo por parte de um agente da segurança pública. Até que ponto podemos estabelecer que se trata de um ato de legítima defesa? Teria sido possível reprimir o assalto sem eliminar fisicamente o criminoso? Neste caso, não há como evitar a comparação com as vacinações em massa promovidas pelo poder público, quando seria muito mais fácil e eficaz trabalhar na prevenção de certas doenças facilmente evitáveis.

Impedir, por meio de uma ação preventiva e inteligente, que bandidos se aproximem de locais públicos em que se encontram crianças indefesas, teria evitado a morte do próprio bandido e o uso político da pronta reação da policial, condecorada por postulantes ao cargo de Presidente da República que não perderam a chance de demonstrar suposto apoio à "linha dura" no combate ao crime.

Os casos citados aparentemente pertencem a uma trama (maligna?) tecida por um ignoto autor que se repete sem cessar e nos torna infelizmente semelhantes às almas do inferno, possuidoras do dom de prever o futuro, mas inaptas para a compreensão do imediato. Não é difícil supor que tais acontecimentos vão se repetir muito em breve, ainda que com personagens e locais diferentes.

Resta-nos concluir que por termos capacidade, ao menos parcialmente, de prever o futuro, mas dificilmente conseguimos entender o presente, não me parece arriscado afirmar que vivemos numa espécie de "inferno", semelhante ao imaginado por Dante. Concorro integralmente com o que afirmou Italo Calvino, outro grande escritor italiano do século XX, o qual acreditava que no inferno em que vivemos é preciso fazer todo tipo de esforço para encontrar possíveis "paraísos".

No entanto, a repetição dos tristes acontecimentos e a nossa inércia diante deles nos leva a crer que o divino poeta estava na verdade representando um pedacinho do nosso mundo infeliz nos círculos do inferno, e o incrível esforço empreendido pelo viajante no mundo das almas para alcançar o paraíso nos parece impossível de ser realizado na prática, ou então, não acreditamos em sua viabilidade ou até mesmo em sua necessidade.

Enfim, Dante nos deu uma lição e nos indicou um caminho. Contrariando Calvino, porém, preferimos continuar lidando com o futuro e fazendo fáceis previsões de catástrofes infernais, em vez de nos esforçarmos para buscar possíveis paraísos!

(*) - É professor de língua e literatura italianas da Unesp de Araraquara.

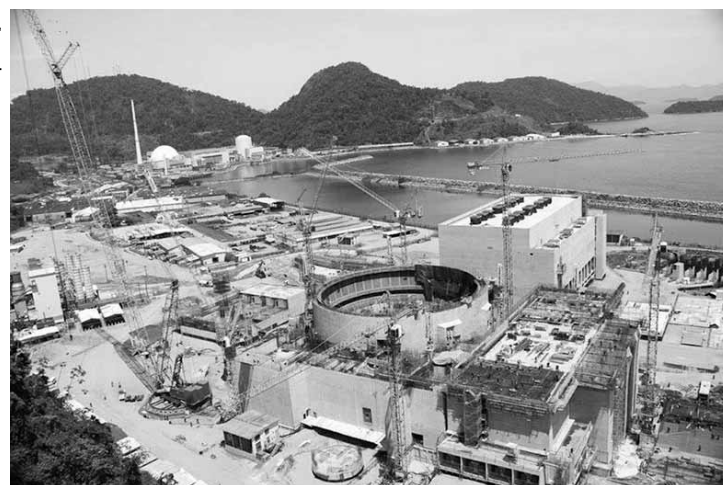
Congresso recebe relatório com obras com indício de irregularidades graves

O Congresso Nacional recebeu ontem (24) relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) atualizando a lista de obras com indício de irregularidades graves

São 12 empreendimentos financiados, no todo ou em parte, com recursos federais. O envio do relatório ao Congresso é uma exigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor.

As obras receberam a classificação "IGP", o que significa que o tribunal recomenda ao Congresso que elas sejam paralisadas. A paralisação se dá pelo bloqueio de recursos orçamentários. O relatório contém ainda dois empreendimentos com classificação "IGR", onde a recomendação é para que haja apresentação de garantias ou retenção de valores que cubram eventual prejuízo ao erário.

Das 12 obras com IGP, seis não constam no Anexo VI da



O relatório do tribunal de contas será analisado agora pela Comissão Mista de Orçamento.

lei orçamentária deste ano, que relaciona os empreendimentos proibidos de receber recursos

novos enquanto não forem solucionadas as irregularidades apontadas pelo TCU. São elas:

Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ), Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia (PE), Ferrovia Norte-Sul (trecho Ouroeste- Estrela D'Oeste, em SP), Vila Olímpica (PD), Canal do Sertão (AL) e Canal Adutor Vertente Litorânea (PB). Entre as irregularidades encontradas pelo TCU, estão: projetos deficientes, sobrepreço e superfaturamento.

O relatório do tribunal de contas será analisado agora pela Comissão Mista de Orçamento. As obras só podem ser definitivamente paralisadas se o Congresso aprovar um projeto de decreto legislativo incluindo os empreendimentos citados pelo TCU no Anexo VI da lei orçamentária (Ag.Senado).

Gilmar prorroga inquérito sobre Aécio e outros

O ministro Gilmar Mendes, do STF, autorizou a prorrogação por 60 dias de um inquérito no qual são investigados os senadores Aécio Neves e Antonio Anastasia, ambos do PSDB mineiro. Com base nas delações da Odebrecht, a investigação apura supostos pedidos irregulares de recursos que Aécio teria feito a executivos da companhia para a campanha de Anastasia ao governo de Minas Gerais, em 2010. Ambos os senadores negam qualquer irregularidade nas doações de campanha.

Gilmar Mendes atendeu a pedido da Polícia Federal (PF), reforçado pela procuradora-geral da República (PGR), Raquel Dodge, que alegou ser preciso mais tempo para inquirição de testemunhas e perícias em provas.

Este é um dos sete inquéritos que tramitam no STF contra Aécio. Ele também é réu em uma ação penal na Corte, relativa à empresa JBS. Uma outra investigação contra o senador, sobre desvios na construção da sede administrativa do governo de Minas, foi remetida à primeira instância pelo ministro Alexandre de Moraes neste mês (ABR).

TSE julgará se réus, como Lula e Bolsonaro, podem disputar Presidência

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve julgar em breve se um cidadão que se tornou réu em ação penal pode ser candidato à Presidência da República. A consulta foi feita pelo deputado Marcos Rogério (DEM-RO).

Em parecer encaminhado ao relator, ministro Napoleão Nunes Maia, a área técnica do TSE o aconselhou a não responder ao questionamento, uma vez que não trata "apenas sobre matéria eleitoral, tampouco apresenta a necessária clareza e objetividade para ser respondida; gerando, ainda, multiplicidade de ilações".

Segundo o parecer, assinado pela analista judiciária Elda Eliane de Almeida, a consulta não é clara por não informar qual seria o objeto da hipotética ação penal contra o candidato nem em qual instância estaria tramitando neste momento, "o que faz com que o desfecho das indagações antecipe ilação sobre situação concreta que somente poderá ser aferida na data ou após a realização do pleito eleitoral".

Ao menos dois pré-candidatos à Presidência da República



encontram-se na condição de réus: o ex-presidente Lula, que responde a seis ações penais na primeira instância da Justiça Federal; e o deputado Jair Bolsonaro (PSL-RJ), que é alvo de duas ações penais no Supremo Tribunal Federal (STF). A consulta se baseou no que diz o artigo 86 da Constituição, segundo o qual o presidente ficará suspenso de suas funções, "nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal".

O deputado também mencionou julgamento do STF no qual ficou decidido pelo ple-

nário, em fevereiro de 2017, que réus na linha sucessória da Presidência da República estão impedidos de substituir o presidente. Para a área técnica do TSE, responder às indagações do parlamentar estaria ainda além da competência da Justiça Eleitoral, pois as perguntas se referem também a questões posteriores à diplomação do candidato vencedor no cargo. A consulta está incluída na pauta da próxima sessão plenária do TSE, marcada para terça-feira (29), quando deve ser debatida entre os ministros da Corte Eleitoral (ABR).

Senado comemora conquistas de 45 anos de pesquisas da Embrapa

As inovações tecnológicas e científicas, para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária brasileiras, foram celebradas por parlamentares e convidados na sessão especial do Senado em homenagem os 45 anos da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) ontem (24). O presidente da empresa defendeu um aumento nos investimentos em pesquisa.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), que requereu a sessão, enalteceu a importância das ações desenvolvidas pela empresa nos últimos anos. "Temos que celebrar o trabalho dos pesquisadores e funcionários da Embrapa. O Brasil, que até a década de 1970 importava alimentos básicos, nos últimos anos passou a ser o segundo produtor mundial agrícola e o segundo maior exportador, com destaque para soja, açúcar, café, carnes bovina, de frango e suína. Os produtos garantem a alimentação para cerca de 1,5 bilhão de pessoas em diversos países", ressaltou.

Para a senadora Simone Tebet (MDB-MS), a instituição tem o papel de fazer efetivamente do Brasil o celeiro do mundo. Em 30 anos, disse, o Brasil será capaz de alimentar 4 bilhões



Uma das maiores conquistas da empresa é o monitoramento por satélite

de chineses e indianos, isso representa 20 vezes a população do nosso país. Para Alexandre Pontes, secretário do Ministério da Agricultura, uma das maiores conquistas da empresa é o monitoramento por satélite. As imagens disponibilizadas fazem mapeamentos e monitoramentos do uso das terras e servem de indicadores de sustentabilidade e competitividade.

Segundo Celso Luiz Moretti, presidente em exercício da Embrapa, as atividades agrícolas, pecuárias e florestais ocupam 30% do Território brasileiro e a produção de alimentos ocupa 7,8% da área do Brasil. "Não

podemos aceitar que desinformados ou mal-intencionados acusem o Brasil de predador do meio ambiente. Com ciência, tecnologia e inovação, sabemos produzir fibras, alimentos e energia de forma sustentável, preservando o meio ambiente", criticou.

A Embrapa conta com 17 unidades centrais e 46 descentralizadas em todas as regiões do país. Possui 3 escritórios internacionais, na América Latina e na África. São cerca de 9,7 mil profissionais, entre pesquisadores, analistas, técnicos e assistentes administrativos (Ag.Senado).

Jornada máxima semanal de 30 horas para psicólogos

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou o parecer da senadora Ângela Portela (PDT-RR) favorável a projeto que estabelece jornada semanal de trabalho dos psicólogos não superior a 30 horas. Com pedido do senador Elmano Ferrer (Pode-PI) aprovado pela comissão, a proposta vai a plenário para ser analisada em regime de urgência.

Ângela Portela afirmou, durante a análise do projeto, que seu relatório foi baseado em diversas notas técnicas aprovadas durante conferências do Ministério da Saúde, em que profissionais, trabalhadores e gestores dessa área manifestaram apoio à limitação da jornada de trabalho para os psicólogos em 30 horas por semana. Ela também se valeu de pesquisas realizadas no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), apontando que a diminuição das horas de trabalho aumenta a eficiência e a produtividade dos trabalhadores.

A senadora mencionou ainda a posição oficial do Conselho

Federal de Psicologia (CFP), que considera "imperativa" a limitação da jornada, visando à prestação dos serviços na melhor condição mental e física possível. "Noseu cotidiano, os psicólogos enfrentam uma grande gama de conteúdos emocionais nas mais diversas áreas de atuação. Diferentes ordens de estresse, ansiedades, luto, morte, depressão, agressividades, compulsões, transtornos, dificuldades de aprendizagem e muitos conteúdos substancialmente difíceis, que demandam enormes cuidados", explicou Ângela.

Para ela, ao final, a população atendida por esses profissionais será a grande beneficiada pela medida, com uma melhor qualidade na prestação dos serviços. A presidente da Comissão, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), lembrou que em 2015 o Congresso Nacional aprovou um substitutivo de sua autoria com o mesmo conteúdo, mas que acabou sendo vetado pela então presidente Dilma Rousseff (Ag.Senado).

